

## A construção mediática do tráfico de seres humanos na imprensa escrita portuguesa

Dulce Couto\* / Carla Machado\* / Carla Martins\* / Rui Abrunhosa Gonçalves\*

\*Escola de Psicologia, Universidade do Minho

O crescente reconhecimento do tráfico de seres humanos ao longo da última década deveu-se, em grande parte, à acção dos órgãos de comunicação social, quer enquanto veículos transmissores de informação massificados, quer enquanto participantes activos no processo de construção da realidade. Este duplo papel justifica a necessidade de estudo dos seus produtos no sentido de melhor compreender os fenómenos sociais e, particularmente, aqueles que se associam ao desvio. Da análise das notícias publicadas por dois jornais diários de distribuição nacional emerge uma sobreposição frequente entre tráfico, prostituição e imigração ilegal, fruto de um predomínio de narrativas sobre exploração sexual de mulheres, contribuindo para a presença de estereótipos e mensagens de alarme social. No entanto, os actores principais das histórias são arredados da arena das narrativas, sendo os seus discursos subalternizados face à acção dos órgãos de polícia criminal, atribuindo-lhes o controlo do conhecimento difundido sobre o fenómeno. Sublinha-se, por fim, a necessidade da adopção de códigos de conduta por parte dos agentes dos meios de comunicação de massas que permitam evitar a emissão de mensagens que apelam ao estigma e ao pânico e que promovam a reconciliação das pressões comerciais com o interesse público, a responsabilidade ética e social.

**Palavras-chave:** Construção social, *Media*, Percepções públicas, Tráfico de seres humanos.

### INTRODUÇÃO

Reconhecidos como o 4º Estado nas sociedades modernas, os *media* constituem-se, na actualidade, como o veículo de transmissão de informação mais poderoso à escala global, assim como a fonte preferencial de acesso ao mundo (Berns, 2001), condicionando fortemente o conhecimento e a opinião pública. Sendo produto e reflexo das práticas socioculturais, são igualmente construtores activos da realidade (Reiner, 1997), prescrevendo grelhas de leitura e modelos de conduta, tornando-os duplamente relevantes na análise dos discursos culturais.

O tráfico de seres humanos (TSH), por sua vez, tem vindo a ser, sobretudo na última década, alvo de uma atenção pública crescente e generalizada que se deveu, em larga medida, precisamente à acção dos *media* (Hodge & Lietz, 2007; Peixoto et al., 2005; Santos, Gomes, Duarte, & Baganha, 2008), com particular destaque para a imprensa escrita e a televisão.

Dada a escassez de investigação neste domínio, pretende-se, com o presente estudo, contribuir para uma visão do TSH enquanto fenómeno socialmente construído e significado, partindo da

---

Este projecto de investigação foi financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia, através da Bolsa de Doutoramento SFRH/BD/40366/2007, concedida a Dulce Couto.

A correspondência relativa a este artigo deverá ser enviada para: Dulce Couto, Escola de Psicologia, Universidade do Minho, Campus de Gualtar, 4710-057 Braga. E-mail: dulcecouto.phd.university\_minho@hotmail.com

análise das mensagens veiculadas por dois títulos de distribuição nacional com forte relevância para, de seguida, reflectir sobre as suas implicações na percepção pública do crime e sobre a importância de uma cobertura jornalística socialmente responsável. Incide-se no discurso jornalístico, dado que este se assume, no universo dos *media*, como especialmente influente na “criação e desestabilização de consensos acerca da moral e ordem públicas e na legitimação dos processos de reacção social” (Ericson et al., 1991, citados por Simões & Peça, 2009, p. 84), aspecto particularmente relevante na análise de temas ideologicamente impregnados.

#### A REPRESENTAÇÃO DO CRIME NOS *MEDIA*: PARADIGMAS E MODELOS DE ANÁLISE

A produção teórica sobre o papel dos *media* e seus efeitos na opinião e comportamento do público divide-se, essencialmente, em dois paradigmas (Penedo, 2003): o paradigma dos efeitos limitados, que predominou até aos anos 60, e onde se postula um modelo transmissivo e de manipulação de massas, em que as mensagens veiculadas são passivamente assimiladas pelo público; e o paradigma construtivista, desenvolvido nos anos 70 na linha dos ensaios de Foucault (1970) sobre o discurso, que enfatiza o papel dos *media* enquanto barómetros e, simultaneamente, construtores da realidade. Neste, valoriza-se o contexto social da relação com o público e assumem-se funções de regulação normativa (Heath & Gilbert, 1996; Reiner, 1997), particularmente evidentes nas notícias sobre o crime, onde se estabelecem parâmetros para o que deverá ser considerado desvio (Welch, Fenwick, & Roberts, 1997).

Numa perspectiva conciliadora, Machado (2004) defende que o discurso proposto pelos *media* constrange, mas não determina, a forma como as pessoas constroem significados e articulam posições face ao crime, à lei e à justiça, isto é, embora estes possam favorecer certas leituras ou a reprodução de determinadas normas sociais, existem “espaços de abertura e de receptividade a posicionamentos alternativos e com algum potencial de transformação da ordem social” (p. 121), onde a subjectividade e os contextos interpretativos desempenham um papel importante. Ou seja, as pessoas não são receptáculos passivos de informação mas, antes, construtores activos de significados (Ericson, 1997), envolvidos num processo de permanente influência entre as suas posições e as que lhes são apresentadas pelas fontes mediáticas.

#### A CONSTRUÇÃO DE UM DISCURSO E A REPRESENTAÇÃO DO TSH NOS *MEDIA*

O crime e as actividades associadas à indústria sexual, frequentemente conotadas com o desvio, constituem, em regra, matérias consideravelmente apelativas para os *media* (Bindel, 2006; Simões & Peça, 2009), dado o seu potencial para despoletar fortes reacções no público. Todavia, o TSH, apesar de se constituir como um fenómeno criminal que, com frequência, combina as duas dimensões (no caso do tráfico sexual), tem revelado um potencial mediático relativamente modesto. Paralelamente, tem-se mostrado um terreno fértil para uma produção noticiosa estereotipada e com cunho sensacionalista, alarmista e pandémico (United Nations Global Initiative to Fight Human Trafficking, 2008), saturada de imprecisões na definição e delimitação de conceitos e fenómenos, bem como de explicações pobres acerca das relações entre o TSH e factores macrossociais, tais como a globalização, as políticas migratórias, a violência contra as mulheres ou as desigualdades de género.

Nesta linha, os resultados do trabalho desenvolvido pela organização ASTRA – Anti-Trafficking Action (2006) sobre a cobertura das situações de TSH pela imprensa escrita sérvia desde 1998 até

2005 demonstraram que, embora os jornalistas reconhecessem o TSH como um problema social importante, os textos publicados sobre a matéria eram esporádicos. Em paralelo, muitos dos artigos estavam escritos de modo sensacionalista e a maioria limitava-se à publicação de casos isolados, geralmente descritos numa perspectiva policial, descurando reflexões úteis para a prevenção de novas situações ou da sua reincidência. Todavia, numa análise da imprensa efectuada entre 2001 e 2004 na Estónia (Meigs, 2005), foi salientada uma mutação no discurso jornalístico, alterando-se a representação do TSH enquanto consequência de uma escolha individual para um fenómeno potenciado por factores de natureza sociológica.

A presença de representações estereotipadas e preconceituosas torna-se particularmente evidente nos textos que aludem à prostituição e ao tráfico de mulheres para fins de exploração sexual, registando-se uma tendência de sobrevalorização por parte dos *media* face a este tipo de tráfico (Santos et al., 2008; Simões & Peça, 2009). Em 2006, Bindel notou que a imprensa britânica estaria a favorecer uma distinção problemática no que respeita à conceptualização destas mulheres, ao difundir a noção de que as traficadas seriam “escravas sexuais”, logo, vítimas verdadeiras, enquanto as que se prostituíam teriam optado por este “estilo de vida” e, como tal, seriam desmerecedoras da empatia do público face à eventualidade de serem alvo de situações de violência. Porém, se as traficadas eram descritas como “imigrantes ilegais”, logo, infractoras da lei, eram igualmente desvalorizadas, apesar da subsistência da sua condição de escravidão. Por fim, Bindel sublinhou que a procura masculina da prostituição feminina, quer esta seja alimentada pelo TSH ou não, era amplamente ignorada pelos jornalistas.

Em Portugal, o primeiro estudo efectuada sobre o TSH (Peixoto et al., 2005) comportou uma análise da imprensa escrita entre 2001 e 2004. Em linha com os estudos internacionais, constatou-se a sua fraca visibilidade mediática, assumindo-se, com frequência, como um sub-tema dentro do tema maior das migrações. O tráfico laboral foi o mais citado nas notícias, emergindo muitas vezes associado a detenções relacionadas com o auxílio à imigração ilegal; por sua vez, o tráfico de mulheres surgia com maior visibilidade em pequenas notícias sobre rusgas em bares de alterne, reforçando a ideia da prostituição enquanto actividade privilegiada das mulheres em situação ilegal no país, particularmente das de nacionalidade brasileira, da Europa de Leste e África; finalmente, o tráfico de crianças foi o menos noticiado, destacando-se apenas algumas conexões com situações de pedofilia e pornografia infantil.

Para além do número relativamente restrito de notícias sobre a matéria, estas não eram especialmente detalhadas nos jornais diários, predominando descrições referentes à actividade policial e/ou judicial, normalmente relacionadas com casos particulares (Peixoto et al., 2005). Todavia, em alguns semanários e revistas eram explorados aspectos como a caracterização dos agentes e do funcionamento das redes criminosas, bem como histórias de vida de algumas vítimas. A este nível, destaca-se a ênfase no elevado nível de organização, hierarquização e violência das redes, particularmente das oriundas da Europa de Leste, bem como a referência ao envolvimento frequente de cidadãos portugueses como agentes exploradores. A actuação dos grupos criminosos era descrita de forma semelhante, independentemente da sua origem ou finalidade, com processos de recrutamento baseados em falsas promessas de trabalho e de exploração/controlo assentes na violência, mobilidade geográfica e sonegação de documentos.

Vários destes resultados foram, posteriormente, reiterados no estudo de Simões e Peça (2009) acerca da produção da imprensa nacional sobre o tráfico de mulheres para fins sexuais e a prostituição. Adicionalmente, as autoras confirmaram que, em contraste com as instâncias que exercem o controlo da lei e da ordem, os restantes actores (prostitutas, vítimas, traficantes e clientes) não tinham um papel activo no discurso mediático, situação que, para Kantola e Squires (2004), se justifica pelo facto de o TSH ter pouco impacto na esfera pública, na medida em que não atinge directamente uma grande percentagem dos leitores. Em particular, as duas classes de mulheres identificadas como dominantes, as “traficadas” e as “prostitutas”, eram relegadas para

um papel passivo, reproduzindo um modelo cultural de mulher inábil, reduzindo-as à condição de mercadoria transaccionada no mercado do sexo (Simões & Peça, 2009). A característica mais evidente nestas mulheres era a nacionalidade, quer estas fossem classificadas como estrangeiras ou brasileiras, sendo especialmente relevante a sua associação à imigração ilegal quando estas eram descritas como “prostitutas” e menos como “traficadas”.

Em síntese, da análise da produção científica desenvolvida no domínio do TSH realça-se que o discurso da imprensa exhibe traços de uma cobertura mediática que fomenta o pânico moral (Berman, 2003; Cohen, 1972; O’Neill, Campbell, Hubbard, Pitcher, & Scoular, 2008; Saar, 2010; Schaeffer-Grabel, 2010; Simões & Peça, 2009; Weitzer, 2007) e o preconceito, sobretudo através da catastrofização das estatísticas relativas ao fenómeno e da amplificação da participação de estrangeiros e minorias em situações de desvio.

## MÉTODO

### *Objectivos e questões de partida*

No sentido de compreender melhor os mecanismos inerentes à construção mediática e social do TSH, foi efectuada uma análise dos conteúdos difundidos por dois jornais nacionais diários no ano de 2008. Procuraram-se indicadores de resposta para as seguintes questões:

- 1) Quais os conteúdos veiculados nos textos produzidos sobre o TSH, em comparação com aqueles que, não sendo específicos do tráfico, surgem nas peças com fortes associações ao tema?
- 2) Que actores são mobilizados nas histórias e quais os significados dos seus discursos?

### *Amostra e processo de amostragem*

A amostra foi constituída por 85 peças recolhidas dos 730 jornais que compuseram as edições diárias dos jornais Público e Correio da Manhã durante 2008. A selecção das peças respeitou dois critérios essenciais, a saber, o facto de abordarem explicitamente a questão do TSH e o facto de, embora não incidindo expressamente sobre o TSH, tornarem plausível a sua presença pela conjugação de várias circunstâncias e consequentes indicadores nos textos, dos quais foram considerados<sup>1</sup>: em primeiro lugar, a referência a situações de exploração sexual; em segundo lugar, a referência a vítimas de uma situação de escravidão ou do envolvimento forçado ou involuntário na prostituição ou noutra forma de trabalho sexual (e.g., alterne); e, por fim, a referência à presença, envolvimento ou actuação de redes de crime organizado.

Dos textos analisados, 58 abordavam explicitamente a questão do TSH (11 recolhidos do Público e 47 do Correio da Manhã) e 27 configuravam cenários aproximados ao TSH (2 do Público e 25 do Correio da Manhã). A escolha dos jornais enunciados prendeu-se com o facto de interessar analisar textos provenientes de diferentes perfis de publicação, optando-se por contrastar um jornal considerado como sendo de referência (Público) com um entendido como mais sensacionalista (Correio da Manhã).

---

<sup>1</sup> A inclusão dos textos esteve sujeita à verificação de dois ou mais dos critérios enunciados, como forma de garantir, à partida, maior relação com o fenómeno em análise.

Os textos foram consultados, recolhidos e transcritos a partir das fontes originais. Dadas as características do material em apreço, geralmente curto, a unidade de análise seleccionada foi a frase. Como referência metodológica, e no sentido de permitir uma estratégia sistemática e exaustiva de codificação dos conteúdos, foi adoptada a *grounded analysis* (Strauss & Corbin, 1994, 1998), tendo sido considerados princípios orientadores vulgarmente implicados nesta abordagem metodológica, designadamente o princípio indutivo, o da parcimónia, o da teorização e o da codificação inclusiva (Huberman & Miles, 1998). Foi também adoptado o modelo de hierarquização de categorias proposto por Hill, Thompson e Williams (1997, citados por Machado, 2004) e utilizado o programa informático QSR NVivo, Versão 7.0 (Qualitative Solutions & Research, 2007) para o tratamento qualitativo dos dados.

Para assegurar uma maior credibilidade dos resultados, e tendo em conta a natureza essencialmente descritiva do estudo, foram adoptados dois procedimentos específicos de validação: a “descrição densa” (Geertz, 1973, citado por Vidich & Lyman, 1994, p. 41) dos significados identificados, com uma apresentação detalhada dos mesmos e ilustração textual de cada categoria; e o recurso a um co-codificador na análise do material, tendo sido obtido um índice de fidelidade (Vala, 1986) de 0.95, considerado um valor de acordo substancial.

## RESULTADOS

Na sequência dos princípios que orientaram metodologicamente este estudo, segue-se uma descrição densa dos resultados, através das categorias de natureza descritiva, no sentido de proceder a uma exposição sistemática da representação do TSH emergente no discurso mediático. De seguida, é efectuada uma análise transversal destes resultados, orientada pelas questões anteriormente formuladas, permitindo, por um lado, estabelecer a interligação entre as diferentes categorias e, por outro, fundamentar a leitura conceptual e teórica dos dados.

Salvaguardando-se as diferenças quanto ao número de notícias recolhidas de cada fonte, e embora ambas registem uma frequência baixa e descontinuada na publicação e com pouco destaque visual dos textos, os conteúdos centrais apurados são essencialmente comuns.

### CARACTERÍSTICAS CENTRAIS DO TSH

#### *Caracterização e dinâmicas do crime*

Da análise efectuada ressalta um vasto conjunto de elementos textuais que dominam as mensagens veiculadas sobre o TSH, estando presentes em 93.1% das peças, e que, quando relacionados entre si, constituem dimensões que permitem caracterizar as dinâmicas do crime.

O primeiro aspecto relevante nesta categoria relaciona-se com a espacialização do TSH, verificando-se, todavia, uma inversão das dimensões quando analisados os textos específicos sobre o TSH e aqueles que não se reportam explicitamente a ele. Quanto aos primeiros, os espaços onde os eventos reportados se desenvolvem remetem, sobretudo, para territórios internacionais, e particularmente para Espanha, onde se destacam espaços físicos geralmente enquadráveis na esfera dos estabelecimentos de diversão nocturna; nos segundos predomina o território nacional e as referências a estabelecimentos de diversão nocturna no Norte, embora surjam, esporadicamente, menções à rua e a apartamentos ou residências enquanto locais onde a exploração acontece (e.g.,

“As mulheres acabam por ser espalhadas por diversos países da Europa Ocidental, colocadas em estabelecimentos nocturnos”, Público, 15-11-2008).

Surgem, também, indicações sobre as rotas do TSH, com identificação dos países de origem, particularmente o Brasil e países do continente africano e da Europa de Leste, de trânsito e destino, onde, vulgarmente, figuram Portugal, Espanha e Itália (e.g., “As ‘meninas’ eram (...) trazidas do Brasil para o Algarve e obrigadas, sob sequestro e mediante ameaças, a prostituírem-se em apartamentos de Portimão e Albufeira”, Correio da Manhã, 14-02-2008).

O segundo aspecto prende-se com a saturação dos textos com dados relativos à natureza criminógena do TSH, em detrimento da sua conceptualização enquanto fenómeno social e culturalmente construído, fazendo gravitar em seu redor dimensões relacionadas com a sua conexão a outros crimes, particularmente o lenocínio, a associação criminosa, o auxílio à imigração ilegal e sequestro (e.g., “Ambos respondem por lenocínio agravado, quatro crimes de sequestro, tráfico de pessoas e associação criminosa”, Correio da Manhã, 14-02-2008). Trata-se, todavia, de um indicador esperado no contexto da produção noticiosa de um crime entendido como “organizado” e que quase sempre envolve a prática de outros ilícitos.

Paralelamente, surgem fortes conexões com outros fenómenos ou sectores da indústria sexual conotados com o desvio, particularmente a prostituição e o alterne, favorecendo uma construção discursiva híbrida que activa outros *links* temáticos e alguma confusão conceptual. Assim, apesar de serem fenómenos teórica e juridicamente distintos, invoca-se novamente o debate sobre a relação entre o tráfico de mulheres para fins sexuais e a prostituição, uma vez que este último conceito está presente em 41.2% das peças analisadas, sendo frequentemente usado como sinónimo de exploração sexual, vitimação e inabilidade femininas (e.g., “Grande parte das mulheres acaba em bares de alterne e na prostituição, incapazes de saírem das redes de tráfico”, Correio da Manhã, 13-06-2008). Quanto ao alterne, verifica-se também alguma confusão, embora esta seja menos aguerrida, uma vez que, face à ausência de regulamentação da prostituição em Portugal, os clubes ou bares de alterne assumem-se como contextos físicos propícios à existência de situações que se enquadram na actividade prostituitiva, pelo que, naturalmente, são convocados para os textos onde se narram histórias de exploração sexual.

Em terceiro lugar, foi identificado um conjunto de propriedades relativas às formas de organização e dinâmicas do TSH, presentes em 68.2% das peças, permitindo identificar várias dimensões, a saber: a estrutura e o sistema de funcionamento em rede, a transnacionalidade, os mecanismos de recrutamento e de transporte, os processos de exploração e de controlo.

De facto, na maioria dos textos analisados surgem referências à estruturação dos agentes criminosos, quer em termos de hierarquia, quer de funções, qualificando a sua acção como fortemente especializada, organizada e lucrativa, aspectos particularmente presentes no tráfico de âmbito transnacional (e.g., “A estrutura tinha uma hierarquia de chefes e recrutadores que faziam a angariação ilegal de mão-de-obra”, Correio da Manhã, 24-04-2008). Surgem, ainda, referências a esquemas ardilosos de camuflagem e desenvolvimento da actividade criminosa, nomeadamente o recurso a fachadas empresariais, frequentemente relacionadas com negócios de exploração de casas de diversão nocturna ou nas áreas da construção civil e agricultura.

No que respeita aos mecanismos de recrutamento ou angariação de vítimas, é realçada a persuasão através de ofertas de trabalho apelativas, normalmente apresentadas por pessoas que seriam, à partida, dignas de confiança. Existem, porém, referências a estratégias ardilosas de publicidade nos *media*, designadamente através de anúncios na imprensa escrita. Por sua vez, o processo de transporte é distinto tendo em conta a origem e o destino das vítimas: nas peças onde figuram vítimas oriundas do Leste Europeu, o transporte é normalmente feito por via terrestre (e.g., “A forma de actuação desta rede (...) consiste em recrutar mulheres através de anúncios (...). Viajando em carrinhas e pequenos autocarros, mas também dissimuladas entre mercadorias transportadas em camiões, (...) são orientadas para dizerem, caso sejam interpeladas, que são

turistas”, *Público*, 15-11-2008); quanto às vítimas de nacionalidade brasileira, as indicações remetem para a sua entrada em Portugal e na Espanha por via aérea.

Os mecanismos de exploração e controlo dizem respeito às estratégias utilizadas pelos elementos das redes de TSH no sentido de manter o funcionamento da actividade criminosa e a subordinação das vítimas. Nas peças analisadas, estes aspectos traduzem-se, sobretudo, em referências a espaços desprovidos de condições elementares de sobrevivência onde as vítimas são forçadas a subsistir, em simultâneo com o recurso, por parte dos exploradores, à violência física (e.g., agressões, tentativa de atropelamento) e/ou psicológica (e.g., ameaças de violência e morte às próprias vítimas ou a pessoas significativas, privação de descanso e da liberdade de movimentos, vigilância permanente), sendo a primeira mais referenciada nos textos sobre o TSH e a segunda naqueles que não se reportam explicitamente a ele (e.g., “(...) as mulheres eram tratadas como mercadoria, para obtenção de lucros e viviam em condições deploráveis”, *Correio da Manhã*, 08-04-2008; “Vigiavam-nas e agrediam-nas quando elas pensavam em desistir. Algumas eram forçadas a trabalhar 12 horas seguidas”, *Correio da Manhã*, 23-10-2008). São, também, mencionadas outras formas de controlo, designadamente a subordinação económica, através da responsabilização pelo pagamento de avultadas dívidas relativas a custos com a viagem e subsistência (e.g., “As vítimas são vinculadas às redes através de um ‘sistema de dívida’ (...)”, *Correio da Manhã*, 13-06-2008) e a sonegação de documentação pessoal.

No seguimento das dimensões anteriormente mencionadas, surge um novo conjunto de dados que se prende com as finalidades da exploração. Nas peças onde estas são identificadas, cerca de metade consiste no tráfico de mulheres para exploração sexual e um quinto no tráfico de crianças para o mesmo fim. Foram contabilizadas apenas seis peças em que a finalidade do tráfico é a exploração laboral, a extracção de órgãos ou a adopção ilegal, traduzindo uma clara sobrevalorização da exploração sexual face às restantes.

Por último, no acervo de dados que caracterizam o TSH, importa analisar o conjunto de referências alusivas aos indicadores estatísticos sobre o crime. Salienta-se, desde logo, que a maioria dos textos não identifica qualquer fonte oficial; porém, naquelas em que tal acontece, prevalecem dados avançados pelos órgãos de polícia criminal (e.g., “Um total de 151 pessoas foram indiciadas no ano passado pelo crime de tráfico de seres humanos em Portugal e ‘78 foram detidos’, revelou (...) um coordenador de investigação criminal da PJ”, *Público*, 31-01-2008). Esporadicamente, são citadas estimativas sobre o número global de vítimas, o tipo de vitimação que envolve, bem como o lucro gerado pelo crime (e.g., “Número da ONU. Todos os anos, cerca de 2,5 milhões de pessoas são vítimas de tráfico internacional para exploração sexual e trabalho forçado”, *Público*, 17-10-2008). Embora este seja um fenómeno oculto por natureza, são raras as referências ao desconhecimento da sua dimensão, não deixando, porém, de ser retiradas conclusões mais ou menos “plausíveis” ou “consensuais” a partir dessa lacuna (e.g., “Apesar de não haver números, é consensual que a exploração de mulheres para fins sexuais é a face mais visível do tráfico de seres humanos em Portugal”, *Público*, 17-10-2008).

### *Sociedade, política criminal e acção dos sistemas de controlo policial e penal*

A segunda categoria de análise emergente dos textos concentra em si várias dimensões que permitem enquadrar o TSH em termos sociopolíticos, jurídico-penais e, sobretudo, ao nível da investigação criminal, comportando 89.4% das peças em apreço.

Verifica-se, desde logo, um claro predomínio de textos em que o tema central circunda na acção fiscalizadora dos órgãos de polícia criminal, denotando-se, dentro desta dimensão, uma prevalência de notícias cujo núcleo informativo assenta em descrições de procedimentos de investigação adoptados pelas forças policiais, destacando-se as rusgas em estabelecimentos de diversão nocturna, sendo escassas as referências a denúncias como ponto de partida para essas operações. Não raras vezes surgem alusões à cooperação entre diversas forças policiais, nacionais e/ou estrangeiras, tipicamente associadas a peças que noticiam o desmantelamento de redes com maior

grau de organização (e.g., “Intitulada *Operação Bagdad*, mobilizou 1300 agentes e foi coordenada em conjunto pela Europol e Eurojust”, Público, 24-06-2008).

Aliada a esta dimensão surgem considerações sobre trâmites judiciais que, geralmente, incidem sobre audições, julgamentos e sentenças, particularmente de processos fortemente mediatizados (e.g., Passerelle, *Máfia da Noite, Noite Branca*); aliás, o processo Passerelle é responsável, por si só, por 10.6% dos textos analisados, situação que se justifica atendendo a que o seu desenvolvimento foi seguido em permanência pelos *media*. Estão ainda presentes propostas de alteração legislativa, no sentido de ajudar a ultrapassar obstáculos que subsistem no combate ao crime (e.g., “Maria José Morgado defende maior protecção às testemunhas e apreensão de todos os rendimentos das redes que traficam pessoas para evitar a impunidade ou que o crime compense”, *Correio da Manhã*, 13-06-2008).

Em 40% das peças explicitamente relacionadas com o TSH surgem, ainda, referências a uma dimensão de acção política e social, de onde sobressaem orientações de política criminal, valorizando-se a investigação do crime, o financiamento de estruturas de apoio às vítimas e o desenvolvimento de acções de informação e sensibilização comunitárias (e.g., “Foi anunciada pelo Governo a criação (...) de um refúgio para mulheres e crianças vítimas de tráfico de pessoas”, *Correio da Manhã*, 01-06-2008; “(...) o Governo vai lançar uma campanha nacional de sensibilização (...), cujo objectivo é (...) ‘apelar à consciência social e pedir a todas as pessoas que fiquem atentas ao fenómeno e o denunciem’”, Público, 17-10-2008). Veicula-se, assim, a mensagem do combate ao TSH como prioridade do Governo, apelando a uma maior cooperação entre a sociedade civil, as autoridades nacionais e internacionais neste propósito.

Estes reptos são também lançados por entidades da sociedade civil, no sentido de, por um lado, informar o público, favorecendo um movimento solidário e proactivo em relação às vítimas, e sensibilizar o poder político para as necessidades de actuação face às exigências do fenómeno e, por outro lado, reiterar o seu compromisso de denúncia do problema (e.g., “Os bispos portugueses e dos restantes países lusófonos denunciaram ontem o aumento do tráfico de mulheres e de crianças e pediram aos governos (...) para tomarem medidas ‘concretas e eficazes para acabar com este inaceitável flagelo’”, *Correio da Manhã*, 29-09-2008).

As medidas de apoio às vítimas enunciadas nas peças focam, sobretudo, a intervenção proporcionada pelo Centro de Acolhimento e Protecção, enquanto única estrutura específica de apoio no país, possibilitando o seu acolhimento, protecção, apoio jurídico, psicológico e médico. No âmbito das medidas previstas no I Plano Nacional Contra o TSH, surgem ainda notícias que focam a autorização especial de residência para algumas vítimas (e.g., “(...) o coordenador Manuel Albano adiantou (...) que outras cinco vítimas de tráfico aguardavam por autorização especial de residência”, Público, 17-10-2008). Não existem, porém, informações relativas à possibilidade de apoio às vítimas no processo de retorno ao seu país de origem.

Nas peças que não se reportam especificamente ao TSH, conceptualiza-se a prostituição enquanto risco para a saúde pública, pelo que a intervenção é orientada para a distribuição de material contraceptivo, numa lógica de prevenção das doenças sexualmente transmissíveis.

### *Actores mobilizados e significação discursiva*

A análise dos textos permitiu identificar a presença de cinco grupos centrais de actores: as vítimas, os traficantes/exploradores, os clientes, os representantes políticos e da sociedade civil e, por último, os órgãos de polícia criminal. Porém, a consideração destes elementos não se traduz numa presença equitativa dos espaços discursivos<sup>2</sup>, isto é, existem discrepâncias quanto ao peso

<sup>2</sup> Nesta análise foram apenas considerados os textos com referências em discurso directo.

relativo das vozes dos diferentes grupos nas histórias, verificando-se um claro predomínio dos dois grupos mencionados em último lugar face aos restantes. Assim, e apesar do papel central desempenhado pelas vítimas, traficantes/exploradores e clientes no TSH, são também estes os agentes que menos “se fazem ouvir”.

### *Caracterização e discursos das vítimas*

No conjunto das peças que veiculam informação sobre as vítimas do tráfico (81.2%), a sua caracterização é dominada pelos atributos “sexo” e “nacionalidade”, com o sexo feminino e a nacionalidade brasileira claramente destacados, com 62.3% e 34.8% das referências nestas dimensões, respectivamente. De facto, a referência a vítimas do sexo masculino surge apenas em quatro peças, todas elas relativas a outras finalidades que não a exploração sexual. Quanto às restantes origens, predominam as vítimas provenientes da Europa de Leste e africanas.

Nas peças onde se identificam mulheres brasileiras, o conceito da prostituição está mais presente do que o do tráfico, algo que já não acontece relativamente às pessoas oriundas da Europa de Leste, reforçando-se, assim, a ideia de que as mulheres brasileiras sabem que irão trabalhar no mercado do sexo, sendo, por via dessa consciência, percebidas como estando menos sujeitas à exploração. Quando não expressa claramente, a questão da nacionalidade é evidenciada através do recurso a conceitos inespecíficos, tal como “estrangeiro/a”, que, em 30.6% das peças, se associam à condição de ilegalidade da situação migratória das vítimas.

Da intersecção destas dimensões resultam as três categorias de mulheres presentes nos textos analisados: as traficadas, as prostitutas e as ilegais.

Quanto à idade das vítimas, 18.8% dos casos envolvem adultos, tipicamente mulheres entre os 20 e os 30 anos. Paralelamente, em 17.4% das situações, os dados revelam vítimas menores, aspecto especialmente significativo em termos da gravidade percebida do problema por parte do público, dado que quanto mais jovem for a vítima, maior alarme será suscitado.

Apesar de a origem socioeconómica assumir um peso limitado nos textos, esta remete, invariavelmente, para cenários de precariedade (e.g., “Romenas, muito jovens, algumas ainda crianças, de famílias pobres do seu país, eram aliciadas com melhores condições de vida”, Correio da Manhã, 23-10-2008), favorecendo uma relação de causalidade linear entre pobreza e TSH. De facto, quando apontados os motivos para a emigração, torna-se preponderante a questão da sua vulnerabilidade socioeconómica no país de origem e a tentativa de melhorar essa situação noutra local. As mulheres e as crianças surgem como os elos mais fracos de uma sociedade desigual, voltada para o consumo e para a concorrência dos mercados, ainda que não se auto-percepcionem como vítimas (e.g., “A maioria não reconhece que é explorada”, Correio da Manhã, 13-06-2008).

Em quatro peças são aludidas estratégias adoptadas pelas vítimas no sentido de lidar com o tráfico, consistindo na denúncia da situação de exploração às autoridades e na tentativa de fuga, podendo esta ser realizada com o auxílio de terceiros, sobretudo clientes, e implicar uma retaliação por parte dos exploradores. Ainda assim, esta dimensão representa o único domínio onde é possível denotar sentido de agência por parte destas vítimas, uma vez que, em termos discursivos, a sua “voz” está presente em apenas 2.4% dos textos e restringe-se à explanação de dois aspectos centrais: as condições de exploração a que estiveram sujeitas e as potenciais consequências de uma denúncia da situação às autoridades (e.g., “‘Armazéns de pessoas’ (...) chegavam a estar 13 mulheres num só quarto”, Correio da Manhã, 08-04-2008).

### *Caracterização e discursos dos traficantes/exploradores*

No conjunto dos textos que apresentam informação sobre os agentes perpetradores do crime, representando 70.6% do total, e de forma parcialmente divergente do que sucede com as vítimas,

os atributos demográficos dominantes são o “sexo”, a “ocupação profissional” e, só depois, a “nacionalidade”. Assim, prevalecem histórias em que os traficantes/exploradores são do sexo masculino, surgindo, depois, as mulheres nesta posição, presentes em 28.3% dos textos desta categoria. No que diz respeito à nacionalidade e profissão, sublinha-se a elevada presença de cidadãos portugueses, tipicamente proprietários/exploradores de estabelecimentos de diversão nocturna ou pensões. Todavia, o envolvimento de elementos das forças policiais, políticos e profissionais de saúde nas redes de TSH e prostituição também é comum (e.g., “Entre os implicados na rede estão médicos e enfermeiras”, *Correio da Manhã*, 31-01-2008; “António Frazão é um destacado militante do Partido Nacional Renovador (...) que seria já responsável pelo funcionamento de quatro casas de prostituição (...) onde eram exploradas cerca de três dezenas de mulheres ilegalmente imigradas em Portugal”, *Público*, 31-10-2008). Em 28.3% dos casos, os agentes perpetradores surgem identificados pelos seus nomes.

A maioria das mulheres, ao contrário do que acontece com os homens, são estrangeiras. No seu conjunto, são sobretudo mencionados(as) cidadãos(ãs) oriundos(as) dos países da Europa de Leste, Brasil, África e Espanha. Contudo, ao contrário das vítimas, os elementos das redes têm, por norma, a sua situação migratória regularizada para minimizar as probabilidades de detecção (e.g., “Os condutores das viaturas que transportam as mulheres são, regra geral, ucranianos que possuem autorização de residência em Portugal”, *Público*, 15-11-2008).

As indicações relativas à idade destes agentes são escassas; no entanto, são tipicamente identificadas pessoas com idades entre os 30 e os 50 anos. De resto, constata-se a presença de relações de parentesco ou proximidade afectiva entre alguns elementos das redes (e.g., “Um professor (...) e a mulher foram detidos sob suspeita de dirigirem uma rede de prostituição com mulheres oriundas do Leste da Europa”, *Correio da Manhã*, 02-01-2008).

Por fim, surgem aspectos relacionados com a posição ou funções que estes assumem na estrutura criminosa, bem como informações sobre os antecedentes criminais destes agentes e relativas à acusação de pessoas colectivas por este crime (e.g., “Do total de 26 detidos em Portugal e em Espanha, dois portugueses, considerados elementos das chefias da organização, ficaram em prisão preventiva”, *Correio da Manhã*, 24-04-2008; “O processo Passarelle (...) tem 24 arguidos – 15 em nome individual e nove empresas”, *Correio da Manhã*, 05-12-2008).

A presença dos traficantes/exploradores na arena discursiva é visível em apenas 11.1% dos textos que apresentam alguma conexão com o TSH e em apenas 3.5% da totalidade das peças analisadas, limitando-se a frases muito curtas e que versam essencialmente sobre duas dimensões particulares: a exposição de argumentos de auto-defesa face ao seu envolvimento na actividade criminosa (e.g., “Em tribunal, Carlos M. G. acusou o “xerife” de ter “arrastando todos os polícias” para a trama de corrupção e extorsão de fundos a prostitutas”, *Correio da Manhã*, 17-05-2008) e relatos que espelham as percepções individuais sobre as vítimas (e.g., ““Essa era especial, porque era muito inocente”, ironizou”, *Correio da Manhã*, 18-01-2008).

### *Caracterização e discursos dos clientes*

Assumindo um peso modesto comparativamente com as restantes, contemplando apenas 18.8% dos textos examinados, a análise desta categoria afigura-se, todavia, muito relevante face aos objectivos delineados para o estudo, dado que a quase ausência da figura do cliente é, por si só, sintomática das dificuldades de acesso aos intervenientes no TSH. São os clientes que, pela sua procura, fomentam a oferta de vítimas no mercado do sexo; todavia, continua a mitigar-se a sua presença na complexa rede de relações edificada entre os actores envolvidos.

Nos textos explicitamente relacionados com o TSH, as referências à figura do cliente são absolutamente indiscriminadas em relação ao género, embora se possa depreender, pelo conteúdo das histórias e pela utilização de artigos no masculino, tratem-se de homens (e.g., “A polícia

britânica desmantelou ontem uma rede de prostituição que angariava clientes através da internet e era alimentada por tráfico de pessoas”, Correio da Manhã, 21-04-2008).

Nas restantes peças, aplica-se o mesmo princípio, havendo, no entanto, notícias onde a identificação do sexo masculino é clara, caracterizando-os também ao nível da sua ocupação profissional e eventual envolvimento nas redes de tráfico (e.g., “quatro polícias da cidade e vários políticos (...) seriam os principais responsáveis pela criação do esquema e (...) clientes das crianças e adolescentes aliciados para a prostituição”, Correio da Manhã, 14-01-2008).

Nos textos que se reportam ao tráfico para fins sexuais são dirigidos alertas para quem procura estes serviços, invocando medidas de responsabilização criminal (e.g., “alguém que recorra aos serviços de uma prostituta, sabendo que esta é vítima (...) de exploração sexual, arrisca-se a uma pena de prisão que vai até aos cinco anos”, Público, 17-10-2008).

Embora as referências forneçam, quase sempre, uma imagem passiva dos clientes, não existindo textos com referências discursivas na 1ª pessoa, verifica-se uma postura diferente numa das peças analisadas. Nesta, os clientes são os agentes que ajudam a resgatar as vítimas, assumindo uma dupla posição: por um lado, de “exploradores”, na medida em que procuram e/ou usufruem dos serviços efectuados por elas; e, por outro lado, de “protectores”, ajudando a retirá-las da situação de exploração em que se encontram (“Esta terá sido agredida com um *spray* de gás pimenta e alvo de tentativa de atropelamento (...) depois de ter conseguido fugir, com o auxílio de um cliente, da casa onde estava retida”, Correio da Manhã, 14-02-2008).

### *A voz do poder político e da sociedade civil*

A produção discursiva de estruturas políticas e de organizações da sociedade civil cuja acção visa o apoio às vítimas de TSH, também assume algum relevo. As indicações reportam-se, essencialmente, à necessidade de fomentar a cooperação na prevenção e combate ao TSH (e.g., “(...) a mulher de Durão Barroso considerou que ‘é indispensável o envolvimento da sociedade’ nesta problemática, apelando também ao ‘estreitamento da relação entre a polícia e as organizações não governamentais””, Correio da Manhã, 06-04-2008).

Surgem, em paralelo, reflexões à volta da necessidade de aplicação e revisão da lei penal, da criação e financiamento de estruturas e/ou serviços de apoio, bem como dados que traduzem certas percepções externas face à situação do TSH em Portugal (“Apenas oito das 49 pessoas condenadas em Portugal em 2006 por tráfico de seres humanos cumpriram pena de prisão, segundo um relatório do Departamento de estado norte-americano que classifica como ‘inadequadas as punições impostas pelos tribunais portugueses””, Público, 06-06-2008).

No entanto, e apesar das interpelações aos cidadãos comuns, no sentido de denunciarem o crime e contribuírem para o seu combate, tentando fomentar um sentido de responsabilidade colectiva na resolução do problema, não se verifica qualquer contribuição do público anónimo nos textos analisados.

### *O sistema de justiça criminal e o discurso dominante sobre o TSH*

A participação discursiva dos órgãos de polícia criminal e do aparelho judicial verifica-se, de forma directa, em 9.4% dos textos. Do conjunto das forças policiais, a mais citada é o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, revelando circunstâncias inerentes à própria organização dos serviços de investigação criminal no país. A presença de forças internacionais, apesar de habitual, não é, na maioria dos casos, especificada pelos nomes (e.g., “a polícia britânica”).

A maior parte das intervenções destes órgãos serve propósitos informativos em relação a resultados de operações policiais e divulgação de estatísticas criminais (e.g., “Pedro Felício adiantou que, das 78 pessoas detidas no ano passado, ‘cerca de trinta ficaram em prisão

preventiva””, Público, 31-01-2008). Esporadicamente surgem relatos sobre as dinâmicas do crime e as condições de exploração a que as vítimas estariam sujeitas (e.g., “(...) as crianças estavam com fome e não tinham documentos”, Correio da Manhã, 31-01-2008).

As restantes referências são atribuídas a outras personagens da arena da justiça (e.g., magistrados, advogados), sobretudo focadas na tramitação processual dos casos denunciados.

Deste modo, se no discurso indirecto predominam as categorias e dimensões relativas à acção dos sistemas de controlo policial e penal, também no discurso directo esta presença se sobrepõe em relação aos restantes actores, contribuindo para a sua dominância narrativa.

## DISCUSSÃO

Embora o TSH tenha sido alvo de uma maior exposição mediática nos últimos anos, e apesar da restrição temporal da análise efectuada e das fontes consultadas – que impedem a generalização dos resultados –, a primeira conclusão que poderá ser extraída é a de que, ainda assim, a sua valorização por parte dos *media* não tem sido suficientemente forte ao ponto de justificar uma publicação assídua e a sua presença nas primeiras páginas dos jornais ou em géneros jornalísticos mais aprofundados, nomeadamente reportagens e entrevistas, limitando o conhecimento público sobre o fenómeno e a complexidade de relações que este envolve.

Os resultados revelam a emergência de categorias cujos significados convergem em temas mais ou menos centrais e mediatizados, favorecendo um entendimento público do TSH enquanto fenómeno amplamente organizado, violento e estreitamente coligado com outros crimes e fenómenos conotados com o desvio social, particularmente a imigração ilegal e a prostituição (Peixoto et al., 2005; Simões & Peça, 2009), justificando uma atenção crescente por parte do sistema de justiça. Ora, se é certo que as actividades praticadas pelas mulheres prostituídas e pelas exploradas sexualmente são semelhantes, existe, todavia, uma diferença essencial entre estas realidades, assente no pressuposto da ausência de auto-determinação por parte das últimas (Santos et al., 2008), pelo que concebê-las como prostitutas significa, desde logo, retirar-lhes a condição central de vitimação, desvirtuando o sentido dessa experiência.

Efectivamente, para além de uma postura pautada pela inércia e desvalorização social, tal (con) fusão de conceitos contribui para a “não desocultação dos diferentes fenómenos, para o adensamento das ideias moralizantes sobre a prática prostitutiva e para o estabelecimento de relações causais entre prostituição e tráfico” (Associação para o Planeamento da Família, 2007, p. 2). Tal não significa, contudo, que a exposição mediática do TSH e da prostituição, frequentemente misturados na narrativa jornalística, seja puramente moralista, na medida em que a imprensa também reconhece a indústria do sexo enquanto mercado legítimo de trabalho, traduzindo resultados similares aos obtidos por outros autores (e.g., Simões & Peça, 2009).

Os actores centrais mobilizados nas histórias não assumem um peso homogéneo, dado que, embora haja referências que sustentam a presença das vítimas, traficantes/exploradores e clientes, estas são subalternizadas face às descrições cujo vector central atravessa a acção dos órgãos de polícia criminal (ASTRA, 2006; Kantola & Squires, 2004; Meigs, 2005; Peixoto et al., 2005; Santos et al., 2008), verificando-se uma presença ainda menos significativa na arena discursiva. Aliás, como defendem Simões e Peça (2009), o ideário discursivo tende a gravitar em torno de histórias cujos temas convergem na acção das instituições de maior poder social, e em particular daquelas que exercem o controlo da lei e da ordem, enfatizando uma leitura institucional do TSH e arredando do palco as narrativas dos actores principais e do público anónimo, o que reflecte a forte inacessibilidade destes intervenientes ao espaço mediático.

Dado o predomínio de histórias de TSH para fins de exploração sexual, as vítimas são tipicamente qualificadas pela sua condição de mulher e imigrante ilegal. Apela-se, assim, à misoginia, reiterando imagens de subalternização feminina e fazendo oscilar a opinião pública entre valores de moralidade (mulher construída como vítima) e imoralidade (concebida como prostituta), de legalidade (ênfase na protecção dos direitos humanos) e ilegalidade (ênfase na transgressão migratória). Fruto de uma cultura onde persistem discriminações baseadas no género, o TSH será, assim, construído como mais um produto dessas desigualdades.

A centralidade das questões associadas à nacionalidade das vítimas requer uma análise acerca das concepções e estereótipos associados à sexualidade feminina e, em particular, das mulheres brasileiras. Estas são, com frequência, percebidas como mais disponíveis para o envolvimento sexual, favorecendo a construção de que a prostituição das mulheres brasileiras é essencialmente uma opção laboral migratória (Santos et al., 2008), o que poderá resultar numa maior negligência de situações de exploração que envolvem estas mulheres.

Por outro lado, apesar de figurarem como actores inclusos no discurso, a participação discreta dos clientes nas histórias é, para Simões e Peça (2009), reflexo de uma cultura de género assente em cenários de interacção humana e em normativos desiguais erigidos para a sexualidade feminina e masculina, obscurecendo a verdadeira natureza da indústria do sexo, isto é, a de mulheres e homens que se polarizam nos papéis de procura e oferta.

Embora ocasional, a presença de actores da esfera pública permite clarificar medidas de apoio às vítimas, apelar à mobilização da sociedade civil e à responsabilização do Governo no combate ao crime. De resto, a reduzida presença deste tipo de dados poderá ser sintomática da falta de atenção a que este fenómeno foi votado no país até muito recentemente e do número limitado de intervenções técnicas específicas levadas a cabo em território nacional.

No que respeita à organização das redes criminosas, as dinâmicas enunciadas coincidem com as que outros autores (e.g., Hodge & Lietz, 2007; Peixoto et al., 2005; Santos et al., 2008) referem, isto é, o recrutamento baseado em ofertas de trabalho apelativas, na indústria sexual ou outra, transmitidas por pessoas com algum grau de familiaridade com a vítima, e os mecanismos de exploração e controlo assentes, tipicamente, na utilização de violência física e/ou psicológica.

Quanto aos espaços, é possível analisá-los a partir de duas dicotomias: o espaço público *versus* privado e o território nacional *versus* internacional. Contudo, quer em Portugal, quer em território internacional, predominam os estabelecimentos de diversão nocturna enquanto locais de exploração, podendo estes ser conceptualizados como espaços híbridos, na medida em que conjugam o domínio público com o privado, sendo o seu acesso determinado por via de uma moralidade que legitima a sua frequência apenas por parte dos homens. Por seu turno, dado o período normal de funcionamento destes espaços, há um claro predomínio do tempo nocturno nas histórias, também ele socialmente mais associado a actividades desviantes.

Os indicadores causais para o TSH traduzem factores que impulsionam a generalidade dos movimentos migratórios, ou seja, condições de privação socioeconómica ou pobreza das populações, também estas estreitamente associadas ao género. De facto, vários autores (e.g., Hodge & Lietz, 2007; Meigs, 2005; Peixoto et al., 2005; Santos et al., 2008) têm indicado que o TSH se alimenta das condições de vulnerabilidade socioeconómica, principalmente sentidas pelas mulheres, forçando-as a emigrar. Porém, as restrições impostas à passagem de fronteiras têm vindo a remeter estes processos de mobilidade para a clandestinidade, contribuindo para a emissão de mensagens de alarme social e para o desenvolvimento de um ambiente pautado pelo “pânico moral” (Cohen, 1972; Welch et al., 1997). Tal cenário é, ainda, favorecido pela catastrofização das estatísticas publicadas, pela exasperada imagem de violência difundida e pela amplificação da participação de estrangeiros em crimes ou actividades conotadas com o desvio (Peixoto et al., 2005; Saar, 2010; Simões & Peça, 2009). Autores como Berman (2003) e Schaeffer-Grabiel (2010) têm, aliás, denunciado a utilização estratégica das preocupações vitimológicas com o objectivo de

justificar uma vigilância social cerrada, uma campanha reaccionária contra a imigração e uma “cruzada moral” (Weitzer, 2007) contra a prostituição.

## CONCLUSÃO

O TSH é um crime complexo e que envolve, por norma, múltiplos actores, estratégias, dinâmicas e associações com outros ilícitos, bem como, em determinadas situações, elevados níveis de organização, sofisticação e mutabilidade, ingredientes que despoletaram o interesse dos *media*, contribuindo para que este tivesse, nos últimos anos, alcançado maior visibilidade.

Esta, no entanto, é uma situação que tem tido resultados paradoxais, na medida em que se, por um lado, estes meios, devido ao elevado poder de que se revestem, assumem um papel crucial na informação, sensibilização e denúncia de situações de exploração, por outro lado, também têm promovido, pela publicação de notícias imprecisas e sensacionalistas, a falta de empatia, o preconceito e a estigmatização por parte do público (Santos et al., 2008), sobretudo em relação às mulheres traficadas para fins sexuais, curvando-se ao imperativo da informação breve e imediata e alheando-se de um aprofundamento analítico sobre os processos sociais.

Na medida em que o discurso não é apenas um instrumento de exercício do poder, mas também uma representação que, em simultâneo, se constitui como realidade (Foucault, 1970), a sobreposição do sector político com o mediático congrega o potencial de modificação da percepção da sociedade sobre o TSH (Simões & Peça, 2009). Paralelamente, os significados discursivos arquitectam a opinião pública, não sendo o discurso jornalístico uma excepção, apesar da sua presunção de imparcialidade ou isenção. De facto, para além da sua função informativa, ao descrever os problemas de forma selectiva, exagerada e obscura (Saar, 2010), os *media* assumem um papel central na criação de cenários de pânico moral, com impacto ao nível do fortalecimento de políticas migratórias restritivas (O’Neill et al., 2008) e da ideologia abolicionista face à actividade prostitutiva.

No contexto do TSH, os requisitos da objectividade, imparcialidade e veracidade que devem nortear a acção dos jornalistas são frequentemente postos à prova, dado que se trata de um crime em que as fontes são duvidosas, de difícil acesso ou mesmo de abordagem perigosa. Como tal, a investigação e produção noticiosa exige o cumprimento escrupuloso de códigos de conduta parte dos *media stakeholders* (Bindel, 2006) em relação à credibilidade das fontes e material publicado. Paralelamente, a investigação do TSH tem sido largamente “inspirada”, comissionada e desenvolvida pelos Estados (Kelly, 2005, citado por Nieuwenhuys & Pécoud, 2007), restando pouco espaço para perspectivas críticas sobre políticas estabelecidas e que colocam em pólos opostos a prevenção do TSH e a repressão da imigração irregular, a vitimização e a emancipação das vítimas, a segurança das nações e a supremacia dos direitos humanos.

Atendendo ao potencial dos *media* para construir e transformar a opinião das massas, bem como para favorecer o debate político, salienta-se, também, a necessidade de investir no jornalismo de investigação e de formar os agentes mediáticos para noticiar o tema com rigor e no respeito pelos direitos humanos, incorporando, além da função informativa, uma estratégia de educação pública (Saar, 2010), onde o direito à informação, à liberdade de expressão e as pressões comerciais que afectam os *media* possam ser reconciliadas com o interesse público e a responsabilidade ética e social.

## REFERÊNCIAS

- Associação para o Planeamento da Família. (2007). *Tráfico, prostituição e exploração sexual* [Brochura]. Lisboa: Autor.
- ASTRA – Anti-Trafficking Action. (2006). *Human (child) trafficking – A look through the internet window*. Recuperado de <http://www.astra.org.rs/eng/wp-content/uploads/2009/09/internet-research-eng.pdf>
- Berman, J. (2003). (Un)Popular strangers and crises (un)bounded: Discourses of sex-trafficking, the European political community and the panicked state of the modern state. *European Journal of International Relations*, 9, 37-86. doi:10.1177/1354066103009001157
- Berns, N. (2001). Degendering the problem and gendering the blame. Political discourse on women and violence. *Gender and Society*, 15, 262-281.
- Bindel, J. (2006). "Press for change": A guide for journalists reporting on the prostitution and trafficking of women. Recuperado do Web site da Coalition Against Trafficking in Women: <http://action.web.ca/home/catw/attach/PRESSPACKgeneric12-06.pdf>
- Cohen, S. (1972). *Folk devils and moral panics: The creation of the mods and rockers*. London: Paladin.
- Ericson, R. (1997). Mass media, crime law, and justice. In S. A. Scheingold (Ed.), *Politics, crime control and culture* (pp. 431-462). Dartmouth: Ashgate.
- Foucault, M. (1970). *A ordem do discurso*. Lisboa: Relógio d'Água.
- Heath, L., & Gilbert, K. (1996). Mass media and fear of crime. *American Behavioural Scientist*, 39, 379-386.
- Hodge, D. R., & Lietz, C. A. (2007). The international sexual trafficking of women and children: A review of the literature. *Affilia*, 22, 163-174. doi:10.1177/0886109907299055
- Huberman, A. M., & Miles, M. B. (1998). Data management and analysis methods. In N. K. Denzin & Y. S. Lincoln (Eds.), *Collecting and interpreting qualitative materials* (pp. 179-210). Thousand Oaks, CA: Sage.
- Kantola, J., & Squires, J. (2004). Discourses surrounding prostitution policies in the UK. *European Journal of Women's Studies*, 11, 77-101. doi:10.1177/1350506804039815
- Machado, C. (2004). *Crime e insegurança. Discursos do medo, imagens do "outro"*. Lisboa: Editorial Notícias.
- Meigs, N. (Ed.). (2005). *Trafficking in human beings for sexual exploitation: An analysis of the situation in Estonia*. Recuperado do Web site da International Organization for Migration: [http://iom.fi/files/books/trafficking\\_in\\_estonia\\_eng.pdf](http://iom.fi/files/books/trafficking_in_estonia_eng.pdf)
- Nieuwenhuys, C., & Pécoud, A. (2007). Human trafficking, information campaigns, and strategies of migration control. *American Behavioral Scientist*, 50, 1674-1695. doi:10.1177/0002764207302474
- O'Neill, M., Campbell, R., Hubbard, P., Pitcher, J., & Scoular, J. (2008). Living with the Other: Street sex work, contingent communities and degrees of tolerance. *Crime, Media, Culture*, 4, 73-93. doi:10.1177/1741659007087274
- Peixoto, J., Soares, A. G., Costa, P. M., Murteira, S., Pereira, S., & Sabino, C. (2005). *O tráfico de migrantes em Portugal: Perspectivas sociológicas, jurídicas e políticas*. Recuperado do Web site do Observatório da Imigração do Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural: [http://www.oi.acidi.gov.pt/docs/Estudos%20OI/Estudo\\_OI\\_12.pdf](http://www.oi.acidi.gov.pt/docs/Estudos%20OI/Estudo_OI_12.pdf)
- Penedo, C. C. (2003). *O crime nos media: O que nos dizem as notícias quando nos falam de crime*. Lisboa: Livros Horizonte.
- QSR NVivo (Versão 7.0) [Software informático]. (2007). Victoria, Australia: Qualitative Solutions & Research International Pty. Ltd.
- Reiner, R. (1997). Media made criminality: The representation of crime in mass media. In M. Maguire, R. Morgan, & R. Reiner (Eds.), *The Oxford handbook of criminology* (pp. 189-225). Oxford: Clarendon Press.
- Saar, J. (2010). Evil invariables and moral panic: Case Estonia. *Trame*, 14, 71-89. doi: 10.3176/tr.2010.1.05

- Santos, B. S., Gomes, C., Duarte, M., & Baganha, M. I. (2008). *Tráfico de mulheres em Portugal para fins de exploração sexual*. Lisboa: Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género.
- Schaeffer-Grabiel, F. (2010). Sex trafficking as the 'New Slave Trade'? *Sexualities*, 13, 153-160. doi:10.1177/1363460709359234
- Simões, R. B., & Peça, M. (2009). Da estrada para a passerelle. O tráfico de mulheres para exploração sexual na imprensa. *Media & Jornalismo*, 8, 83-101.
- Strauss, A., & Corbin, J. (1994). Grounded theory methodology: An overview. In N. K. Denzin & Y. S. Lincoln (Eds.), *Handbook of qualitative research* (pp. 273-285). Thousand Oaks, CA: Sage.
- Strauss, A., & Corbin, J. (1998). *Basics of qualitative research: Techniques and procedures for developing grounded theory*. Thousand Oaks, CA: Sage.
- United Nations Global Initiative to Fight Human Trafficking. (2008, February 13-15). *The role of the media in building images*. The Vienna Forum to Fight Human Trafficking. Recuperado do *Web site* do UNODC: <http://www.unodc.org/documents/human-trafficking/Marika-Misc/BP016ProfilingtheTraffickers.pdf>
- Vala, J. (1986). A análise de conteúdo. In A. S. Silva & J. M. Pinto (Orgs.), *Metodologia das ciências sociais* (pp. 101-128). Porto: Edições Afrontamento.
- Vidich, A. J., & Lyman, S. M. (1994). Qualitative methods: Their history in Sociology and Anthropology. In N. K. Denzin & Y. S. Lincoln (Eds.), *Handbook of qualitative research* (pp. 23-59). Thousand Oaks, CA: Sage.
- Weitzer, R. (2007). The social construction of sex trafficking: Ideology and institutionalization of a moral crusade. *Politics & Society*, 3, 447-475. doi:10.1177/0032329207304319
- Welch, M., Fenwick, M., & Roberts, M. (1997). Primary definitions of crime and moral panic: A content analysis of experts' quotes in feature newspaper articles on crime. *Journal of Research in Crime and Delinquency*, 34, 474-494.

The growing recognition of trafficking in human beings over the last decade was due in large part to the action of the media, either as a massive information vehicle, either as an active participant in the process of constructing reality. This dual role justifies the need to study their products in order to better understand social phenomena, and particularly those associated with deviation. By analysing the news published by two national daily newspapers, a frequent overlap between trafficking, prostitution and illegal immigration emerges, reflecting the dominance of narratives regarding women's sexual exploitation, which, in turn, contributes to the presence of stereotypes and social alarm messages. However, the main actors are sidelined from the narratives arena, since their discourses are subordinated to the action of the criminal police bodies, giving them control of the spread knowledge regarding the phenomenon. Finally, the need to adopt codes of conduct by media stakeholders is noted in order to avoid the release of messages that appeal to stigma and panic, as well as to promote the reconciliation between commercial pressures and the public interest, ethical and social responsibility.

**Key-words:** Media, Public perceptions, Social construction, Trafficking in human beings.